

FMI empresta dinheiro novo

Acordo só será feito após Constituinte, em janeiro de 88

O Brasil poderá sacar de 2 a 3 bilhões de dólares do Fundo Monetário Internacional (FMI), dentro de um acordo *stand by*, com ingresso de pelo menos 1 bilhão de dólares em 1988, conforme as simulações em exame na diretoria da área externa e no departamento econômico do Banco Central. A firme perspectiva de ingresso de dinheiro novo levou o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, a determinar amplas facilidades de trabalho, no Ministério e no Banco Central, aos membros da missão do FMI que, ontem, iniciaram a jornada de duas semanas de coleta de dados e avaliação do comportamento da economia brasileira, neste ano e no próximo.

Desde que aceite os critérios do FMI para o ajustamento de sua economia, o Brasil poderá firmar acordo *stand by* para sacar até 440 por cento do total de suas cotas no próprio Fundo — de 1,461 bilhão de Direitos Especiais de Saque (DES). Dentro desse limite de 8,69 bilhões de dólares de acesso ampliado aos recursos do FMI, o Brasil terá que deduzir a dívida já existente de 4 bilhões de dólares, na posição de junho último.

O Banco Central prefere não alimentar falsas expectativas com o anúncio antecipado de quanto o País poderá sacar, até porque ainda não criou sequer o clima para admitir negociações oficiais do acordo *stand by* com o FMI. Mas as simulações já desenvolvidas indicam que, dos 8,69 bilhões menos o estoque da dívida de 4 bilhões de dólares, é viável obter ingresso próximo dos 3 bilhões, nos três anos vindouros.

Bresser Pereira pretende acelerar os entendimentos com o FMI para dispor, em 1988, de pelo menos 1 bilhão de dólares, através da facilidade de financiamento compensatório de queda nas receitas de exportação. Essa linha é de mais fácil negociação e de rápido desembolso. Com US\$ 1 bilhão de dinheiro novo, o Brasil já teria assegurado pelo menos recursos para cobrir a própria amortização do principal da dívida ao FMI.

Embora o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, revele até entusiasmo com as teses de que a solução da dívida externa não foge da trilha do crescimento econômico dos países endividados, o chefe da missão do fundo no Brasil, o chileno Thomas Reichmann, está longe de abandonar os critérios rígidos de aferição das economias monitoradas.

Após quase cinco anos de trabalho com Reichmann, os técnicos e até diretores do Banco Central observam que alterar as regras do *staff* é tão difícil quanto mudar a Bíblia. Para o *staff*, o FMI é fonte de financiamento de curto prazo para cobrir dificuldades sérias de balanço de pagamentos, e não agência de desenvolvimento, e nem Camdessus tem poder para mudar os pilares do Fundo. O último acordo da Argentina para obter *waiver* (perdão) do FMI afasta qualquer ilusão, afirmam técnicos do Banco Central.

O Governo Sarney tem poucas razões para recuar diante das dificuldades de um acordo *stand by* com o FMI. No momento, a intenção é ganhar tempo para não acirrar ainda mais os constituintes. A partir de janeiro, porém, as negociações com o FMI já poderão ganhar ritmo mais acelerado, para a conclusão do acordo global com os bancos credores e entendimento também com o Clube de Paris.

Na avaliação do Ministério da Fazenda, fechados os acordos com o FMI e o Clube de Paris, o Brasil irá dispor de dinheiro novo dos organismos internacionais. Sarney conta com esse dinheiro para executar obras e tirar vantagens nas eleições.

REICHMANN

O chefe da missão do Fundo, Thomas Reichmann, confirmou ontem que o órgão tem condições de liberar recursos ao Brasil até janeiro próximo, mas ressaltou que ainda é cedo para definir datas:

“Não se fala nisso, ainda. É algo que vai sair da conversa do Brasil com os bancos credores. Se, depois, o Brasil decidir que deve ter um programa conosco, então ele nos chama”

ADALDO CRUZ



Para Reichman, não se contrata empréstimo, ainda. Mas o FMI está pronto